

Projeto pode sair da Sistematização incompleto

Se acontecerem as esperadas obstruções, nem todos os pontos serão examinados na Comissão



Pazzianotto: críticas

Segurança no emprego é confusa

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, criticou ontem o dispositivo do segundo relatório do deputado Bernardo Cabral que trata da estabilidade no emprego. Segundo o ministro, a forma como o tema foi desenvolvido "vai causar uma dificuldade de entendimento geral", pois Cabral tentou detalhar as opções para a dispensa do empregado, o que não é matéria constitucional. "O ideal seria que a Constituição estabelecesse o princípio da demissão, com as exceções cabíveis sendo deixadas a cargo da legislação ordinária", explicou Pazzianotto.

De acordo com o ministro, detalhar os casos passíveis de demissões seria impossível. Se o texto do relatório prevalecer, o Judiciário terá de examinar cada caso, exercendo o papel de intérprete da Constituição. Outras imperfeições no relatório foram apontadas pelo consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Amauri Mascaro Naschi.

to Constitucional volta a falar em salário mínimo quando a legislação ordinária atual já estabeleceu a figura do Piso Nacional de Salários. "Uma das duas fórmulas tem de ser escolhida", disse Nascimento.

Ele acha, ainda, que a manutenção da contribuição não pode ficar restrita às federações e confederações, como prevê o artigo 9º do relatório. "As centrais sindicais também devem se beneficiar, já que a contribuição vai ser mantida", afirmou o jurista.

As mulheres se unem em sete pontos

A bancada feminina na Constituinte se reuniu antontem à tarde na Biblioteca da Câmara e elaborou, a poucos minutos do encerramento do prazo, sete pedidos de destaques ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, todos eles centrados nos direitos da mulher. Na mesma reunião, as constituintes decidiram enviar um telegrama de solidariedade à deputada estadual Ruth Escobar, expulsa do PMDB, por decisão do Diretório Regional de São Paulo, por apoiar o empresário Antônio Ermirio, do PTB, nas eleições para o governo do estado.

Na apresentação de destaques, as mulheres preferiram deixar as lideranças de seus respectivos partidos o tratamento de temas polêmicos como reforma agrária, sistema de governo e outros, cuidando especificamente dos direitos da mulher. Em cerca de 40 minutos elas fecharam em sete pontos, com destaque para a aposentadoria aos 25 anos de trabalho ou 55 de idade.

Se no processo de votação que se inicia hoje à noite na Comissão de Sistematização se confirmarem as promessas de obstrução, o projeto de Constituição poderá ser encaminhado ao plenário sem ter sido totalmente votado. O relator Bernardo Cabral anunciou ontem que ao fim dos 15 dias previstos no calendário oficial, no próximo dia 08 de outubro, não haverá sequer um dia de dilatação do prazo estabelecido para a votação na Sistematização. "Mesmo que o projeto não tenha sido totalmente apreciado com os destaques requeridos, vai como estiver para o plenário da Constituinte", afirmou.

Ontem à tarde, a pouco mais de 24 horas do início da votação do projeto na Comissão de Sistematização, ainda havia no Congresso muita confusão a respeito dos horários, local e duração das sessões que até o dia 08 serão realizadas diariamente para que os 93 membros da Comissão votem o substitutivo. No início da noite, o calendário oficial foi finalmente divulgado. A primeira sessão acontecerá hoje às 19 horas no plenário do Senado Federal, para apreciação do Preâmbulo da Constituição.

Nos dias seguintes a ordem de votação será cronológica, começando pelo Preâmbulo, Título I, II, até se chegar ao capítulo das Disposições Transitórias, sendo que ao longo deste processo, poderá haver pedidos de preferência para temas considerados polêmicos. Os requerimentos de destaques serão feitos a cada sessão e a ordem de votação será: primeiro as emendas supressivas, em seguida as substitutivas, as modificativas e por último as aditivas.

Amanhã estão previstas duas sessões, às 15 e 19 horas para votação de Título I — Princípios Fundamentais, seguindo-se, se houver tempo, o Título II — Dos direitos individuais e coletivos. No sábado e no domingo as sessões serão realizadas às 15 e 10 horas, sem limite de tempo para o término da votação. A votação prossegue na ordem do substitutivo. A partir de segunda-feira serão realizadas

duas sessões diárias — a primeira das 9 da manhã até 1 hora da tarde e a segunda das 16 às oito da noite. A previsão de conclusão da votação é dia 8 de outubro.

Para que as sessões sejam produtivas, estão sendo dispensadas todas as formalidades. Não há inscrições de oradores, somente os líderes partidários poderão encaminhar as votações, na tribuna, por no máximo cinco minutos cada. Quando for votado um destaque, poderão encaminhar a votação quatro constituintes dois contra e dois a favor (sendo que um destes últimos poderá ser o autor de pedido de destaque). Para encaminhar destaques, os membros da Sistematização deverão inscrever-se em livro próprio, colocado ao lado do livro de presenças na sessão.

A esperança de que a votação ocorresse rapidamente foi sustentada — depois da constatação de que o painel eletrônico — que permitiria o processamento imediato dos votos dos constituintes — não ficará pronto. Para que os técnicos possam terminar o trabalho o plenário do Senado abrigará a Comissão nestes dias. Qualquer votação, neste caso, terá que ser nominal e demorará pelo menos 1 hora cada.

Os entendimentos entre membros da Sistematização, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães e o secretário-geral da mesa, o Afonso, prosseguiram ontem à noite para definição de uma possibilidade de votação em bloco das emendas correlatas. A dificuldade principal para este entendimento está no grande número de pedidos de destaque — mais de 6 mil — e a impossibilidade prática de agrupá-los por temas sem prejudicar a votação. Ao que tudo indica, somente a seqüência das sessões, que começam a votar temas considerados tranquilos, sobre os quais não há polêmica, definirá um comportamento para as disputas mais duras, como as que definirão o texto constitucional da reforma agrária, sistema de governo e outros sobre os quais ainda não houve acordo.

Destaques somam 8.379

O projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral recebeu 8.379 pedidos de destaques, que garantem aos constituintes autores das propostas a votação em separado do dispositivo questionado, nesta fase de votação dos substitutivos na Comissão de Sistematização, que será iniciada às 19 horas de hoje. Mesmo tendo encerrado o recebimento dos pedidos às 17 horas de antontem, como previa o regimento interno da Constituinte, 158 senhas foram distribuídas na fila, o que levou o pessoal da Secretaria da Comissão de Sistematização a trabalhar no registro dos destaques até por volta da meia-noite.

Com o acúmulo do trabalho e consequente atraso, os servidores trabalharam até as 5 horas da madrugada de ontem, mas somente hoje de manhã a Secre-

Painel eletrônico demora

Uma equipe de técnicos da Câmara dos Deputados está avaliando as justificativas da empresa AEG Telefunken para o atraso na implantação do sistema eletrônico de votação. Somente depois desta análise é que a Câmara decidirá se cobrará ou não a multa estabelecida em contrato pelo não cumprimento dos prazos. Pelo menos uma razão alegada não é de responsabilidade da empresa: a importação de equipamentos.

Estas informações foram prestadas ontem pelo diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino. Ele disse que por enquanto não está se cogitando de multa, e que até o final desta semana os técnicos saberão "se os motivos do atraso foram justifi-

caria da Sistematização tem condições de fornecer à diretoria da Comissão uma relação dos destaques, ordenados de acordo com o assunto, autoria e ordem de votação. Segundo informações dos servidores que trabalharam no recebimento dos pedidos, o capítulo mais visado pelos constituintes foi o da Ordem Social, incluindo os direitos dos trabalhadores, aposentadoria e liberdades sindicais.

Enquanto isso, o capítulo do Sistema de Governo, que tem se apresentado como um dos mais polêmicos, não recebeu grande número de pedidos de destaques. Geralmente, eles eram registrados em blocos, assinados por parlamentares de mais de um partido ou grupos político-ideológicos.

Sabino não soube precisar o valor da multa, afirmando que a forma de cálculo é estabelecida em lei citada no contrato.

Sabino disse ainda que um primeiro atraso, de vinte e seis dias, deveu-se à demora na tramitação de processo no Ministério da Fazenda, na Cacex e no Banco Central para a liberação da importação de equipamentos, e que, portanto, nenhuma culpa pode ser atribuída à empresa. Em função das dificuldades para a importação, o prazo da AEG Telefunken foi dilatado para o final de agosto. O novo atraso, de acordo com a empresa, deveu-se a problemas de energia elétrica (quedas de voltagem).

EUGENIO NOVAES



Os pensionistas e aposentados ouviram atentamente as palavras de Bernardo Cabral

Igreja teme legalização do aborto

A Igreja está preocupada com a possibilidade da legalização do aborto na legislação ordinária. Esse temor foi manifestado ontem pelo bispo responsável pelas Comunidades Eclesiais de Base, dom Marcelo Carvalheira, durante entrevista coletiva na CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Ele lamentou que o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, não tenha incluído em seu substitutivo a proposta da CNBB, segundo a qual o direito à vida deve ser garantido pelo Estado "Desde a concepção".

— Ao garantir o direito à Vida somente após o nascimento, o

relator deixou uma brecha, uma possibilidade, uma porta através da qual a lei menor possa regulamentar o aborto — afirmou dom Marcelo, admitindo que "o lobby das feministas pode ter pesado na decisão do relator".

O bispo ressaltou, porém, que o substitutivo tem "muitos aspectos positivos" e destacou que a CNBB ficou satisfeita com o tratamento dado pelo relator à questão da reforma agrária, em particular ao da imissão de posse.

Dom Marcelo elogiou a opção de Bernardo Cabral pelo sistema de governo parlamentarista, "considerado por ele "um aperfeiçoamento das instituições do País". Ele disse que não se pode admitir a concentração excessiva de poderes nas mãos do presidente da República.

De acordo com dom Marcelo, a República herdou a concentração de poderes do império. Ele admitiu que o episcopado brasileiro não é unânime em torno do parlamentarismo. "Não há uma definição sobre este assunto", disse o bispo. A possibilidade de 210 mil eleitores poderem apresentar emendas constitucionais e projetos-de-lei — a chamada participação popular — é considerada pelos bispos como fundamental no processo de aperfeiçoamento democrático.

Segundo dom Marcelo, dois terços das propostas populares foram aproveitadas pelo relator. Explicou que um terço delas foi rejeitado, um terço parcialmente aprovado e um terço prejudicado, por já estarem incluídas no substitutivo, o que significa que foram acatadas dois terços das propostas.

Juízes também condenam item do substitutivo

O anteprojeto do relator Bernardo Cabral foi mais uma vez alvo de crítica ontem em Brasília. Desta vez, pelo Poder Judiciário, representado por 22 juizes presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados. Eles criticaram o artigo 144 do anteprojeto que cria o Conselho Nacional de Justiça para controlar as atividades administrativas e o desempenho dos deveres funcionais do judiciário e do Ministério Público.

De acordo com o texto do anteprojeto, os Conselhos de Justiça serão integrados por parlamentares e representantes da OAB. Com isso, o Poder Judiciário terá sua competência reduzida e passará a ser o único Poder da República a atuar sob vigilância, já que nunca se ouviu falar em coisa parecida no Executivo ou no Legislativo. Os desembargadores reunidos em Brasília elaboraram um documento, após a reunião de duas horas, e foram pessoalmente entregá-lo ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer, e aos constituintes Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral.

O questionamento básico dos desembargadores recai sobre a discriminação do Poder Judiciário em relação aos outros dois poderes. Eles não são contra a fiscalização, mas contra a criação de um Conselho Nacional de Justiça e sua composição, que afetará o Judiciário como Poder. Pela Constituição em vigor, existe hoje o Conselho Nacional de Magistratura, formado por ministros do Supremo Tribunal Federal e do tribunal Federal de Recursos, com a função de fiscalizar os juizes federais e estaduais, explicou o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e vice-presidente da Associação Brasileira de Magistratura, Luis Vicente Cernichiaro.

No documento que encaminharam, os juizes afirmam que a criação de um órgão de controle externo do Poder Judiciário representa um retrocesso, pondo em risco o próprio sistema democrático, na medida em que "importará na eliminação da independência do Judiciário, cuja preservação é fundamental à efetivação das garantias individuais e sociais".

Professores virão para ver de perto

Professores de 1º e 2º graus da rede pública de todo o País vão se concentrar em Brasília, no próximo dia 29, para acompanhar a votação do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização da Constituinte. No mesmo dia não haverá aulas nas escolas, que também vão se mobilizar para acompanhar o pleito.

"Vamos lançar neste dia a campanha: De olho na Constituinte. Vamos salvar a educação", informou ontem o presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), Nestor Lima Neto. As 15h do mesmo dia, ele entregará ao relator do substitutivo da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, um documento avaliando o capítulo da educação na Constituinte.

o País em núcleos de acompanhamento dos votos de todos os membros sistematização.

GREVE

Enquanto isso, cerca de 80 mil professores das universidades brasileiras paralisarão suas atividades no dia 29 "em defesa das causas da escola pública e gratuita na Constituinte", como informou ontem o presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), Nestor Lima Neto. As 15h do mesmo dia, ele entregará ao relator do substitutivo da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, um documento avaliando o capítulo da educação na Constituinte.

Verba dos nortistas dá brigas

Os 292 constituintes que integram as bancadas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, unidos por "uma só vontade" para a definição da votação do Projeto de Constituição, contam com uma verba de Cz\$ 1 milhão 168 mil para pagar a impressão dos cartazes espalhados pelo Congresso Nacional, a confecção de broches, camisas e mais uma infinidade de peças promocionais. As informações prestadas ontem na sessão da Constituinte, pelo deputado José Fernandes (PDT/AM), serviram para esclarecer parte das dúvidas do deputado Ricardo Izar (PFL/SP), que vê na união destas bancadas a divisão do Brasil. "com uma agressão e uma discriminação que nós do Sul não podemos aceitar".

Izar está bastante preocupado com a perspectiva destes 292 votos virem a definir a votação de várias matérias em plenário. Para ele, o fato de as bancadas se unirem nesta campanha, além de representar uma afronta a todos os demais deputados e senadores, "é o mesmo que dizer que têm voto suficiente para fazer a Constituição". Repudiou da tribuna a prática de fixação de cartazes pelas duas Casas e deixou no ar as perguntas: "Quem paga e quem coloca estes cartazes? Quem quer dividir o Brasil?".

Pouco mais tarde, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP), que aplaudiu Izar com entusiasmo, lançou ao microfone a provocação de que "corre à boca pequena no plenário que estes cartazes foram feitos com dinheiro público". José Fernandes esclareceu que os 292 constituintes assinaram uma autorização para desconto de Cz\$ 4 mil de seus vencimentos, destinados à criação das peças promocionais da campanha.

Sem saber destes dados, Ricardo Izar já havia ressaltado que "não é acabando com o rico que vamos enriquecer o pobre", fazendo referência à intenção prevista na união das três bancadas de fortalecer suas regiões através da aprovação de dispositivos constitucionais específicos. Ele lembrou que a maior pobreza do Brasil está hoje na capital de São Paulo, que recebe por ano 500 mil migrantes.

Anexo III do Senado vem aí, revela Lucena

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), anunciou ontem, em solenidade realizada no Centro Gráfico, que será iniciada em janeiro próximo a construção do anexo III do Senado, devido à falta de espaço.

Lucena informou, também, que a Casa já decidiu reformular o seu sistema médico, ampliando-o para a realização de exames, que são, atualmente, pagos a empresas particulares. A economia decorrente dessa mudança será, como afirmou, "altamente expressiva".

QUALIDADE

Acompanhado de 28 senadores, Lucena compareceu ao Cegraf para a inauguração do centro de controle e qualidade e do museu, que inclui documentos considerados importantes para a história do próprio Senado.

Em seu discurso, o presidente destacou a atuação de toda a diretoria, especialmente de Agaciel da Silva Maia (diretor-geral) e Josicler Gomes (industrial), e frisou que, sem a eficiência do Cegraf, a Assembléia Nacional Constituinte não poderia estar mantendo seu ritmo.